

# Sarney não teme crise por causa de processos contra parlamentares

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente da Arena, Senador José Sarney, afirmou ontem que não teme a eclosão de nenhuma crise pelo fato de que o andamento de processos judiciais contra parlamentares depende novamente de permissão da Câmara ou do Senado.

Segundo o Presidente da Arena, as crises do passado, como a do ex-Deputado Márcio Moreira Alves, foram causadas "pela sistemática negativa do Congresso em conceder licença para que a Justiça tomasse conhecimento do assunto".

— Dentro da sistemática atual — acrescentou o Presidente Arenista — o Congresso tem a oportunidade de examinar o assunto dentro do prazo previsto pela Constituição e não pode jamais tolher a ação da Justiça, embora possa negar essa licença desde que seja evidente a falta de motivos pela inexistência de provas.

— Até mesmo — prosseguiu — porque acredito que os parlamentares devem, como qualquer cidadão, ter responsabilidade perante a lei.

## EXCLUSÃO E PRAZO

O Presidente da Arena leu para os repórteres o artigo introduzido na Constituição pela emenda nº 11, da qual foi relator. De acordo com essa emenda, não é prevista a licença apenas para os crimes contra a segurança nacional. Diz o artigo 32, lido por Sarney: "Os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a segurança nacional".

Ele leu também o parágrafo 2º do mesmo artigo, de acordo com qual a licença fica concedida, se não houver ma-

nifestação da Câmara ou Senado no prazo de 40 dias.

## CASOS A VISTA

Alguns pedidos de licença para processar parlamentares deverão chegar ao Congresso a partir de março. Os casos são o do ex-Ministro Delfim Neto, que processa o Deputado Francisco Pinto (MDB-BA), por acusações contra a sua honra; o do ex-Governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, acusado pelo Senador Dinarte Mariz (Arena-RN) de haver enriquecido ilícitamente. Há ainda processo contra o Deputado Joaquim Guerra (Arena-PE), autor de tiros de revólver contra o freguês de um barzinho de Brasília, que bebia próximo à sua mesa, e o do Deputado Herbert Levy (Arena-SP) que acusou o procurador eleitoral de um município paulista de haver cometido irregularidades.